

HABEAS CORPUS Nº 557.372 - SP (2020/0007422-7)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
IMPETRANTE : GILMAR APARECIDO CHAGAS
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : GILMAR APARECIDO CHAGAS
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* impetrado em benefício próprio por GILMAR APARECIDO CHAGAS contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

O impetrante/paciente alega que há ilegalidade na dosimetria da pena que lhe foi fixada na Ação Penal n. 0003939-95.2012.8.26.047, decorrente da prática do crime de resistência qualificada.

Requer a revisão da pena.

A autoridade apontada como coatora prestou informações.

Após intimação, a Defensoria Pública do Estado de São Paulo afirmou que a questão "*parece exigir revolvimento fático-probatório, difícil de ser realizada pela via do habeas corpus*" (fl. 72).

O Ministério Público Federal também manifestou-se nesse sentido:

[...]

Ocorre que o pedido envolve amplo revolvimento de fatos e provas, por demandar a comprovação de participação de menor importância no caso, questão sobre a qual já se debruçaram ambas as instâncias ordinárias, não havendo constrangimento ilegal passível de pronto atendimento na via do habeas corpus. (fls. 80/81).

É o relatório.

Decido.

Em consonância com as manifestações do Ministério Público Federal e da Defensoria Pública, verifico que o presente *writ* não comporta conhecimento, pois os pedidos do impetrante/paciente estão baseados em elementos fáticos, os quais não podem ser apreciados nestes autos.

Ante o exposto, não conheço do *habeas corpus*.

Superior Tribunal de Justiça

Publique-se.

Brasília, 24 de março de 2020.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator